

MOGNO: AMBIENTALISTAS FAZEM NOVAS DENÚNCIAS

Mais de 50% da madeira vendida na Amazônia em 96 foi extraída ilegalmente, dizem ONGs. Elas querem incluir mogno na lista de espécies ameaçadas

Mais da metade da madeira beneficiada e comercializada na Amazônia brasileira em 1996 foi extraída ilegalmente. Os dados estão no recém-concluído *Relatório sobre a Extração Ilegal de Madeira na Amazônia Brasileira*, elaborado pela Organização Não-Governamental ambientalista Amigos da Terra — Programa Amazônia.

O documento, obtido com exclusividade pelo *Jornal da Tarde*, será distribuído no Exterior nos próximos dias e deverá se transformar na principal arma dos ambientalistas em defesa da inclusão do mogno entre as espécies ameaçadas de extinção. A nova lista será votada em junho, na reunião da Convenção Internacional para as Espécies Ameaçadas, Cites.

O documento comprova que o principal Estado exportador de mogno, o Pará, apresenta a maior porcentagem de ilegalidade: 68% da madeira extraída, beneficiada e comercializada ali tem origem clandestina. O Mato Grosso fica em segundo lugar na ilegalidade, com 67%. Entre os nove Estados da Amazônia Legal, Roraima é o que apresenta menor índice de extração clandestina, 31% (veja mapa).

Apesar dos valores elevados, o

ambientalistas Roberto Smeraldi, coordenador do estudo, considera esse cálculo “conservador”, uma vez que foi estimado com base em informações oficiais, sabidamente subnotificadas. “Os poucos projetos le-

gais que encontramos são demonstrativos ou raras exceções”, diz.

A ilegalidade da atividade madeireira na Amazônia torna-se ainda mais preocupante diante da perspectiva de esgotamento das florestas

Madeiras do Pará flagradas pelo IBAMA

Empresas associadas à Aimex que tiveram planos de manejo suspensos ou cancelados em outubro de 96

Céu azul
Semasa-Marajoara
Impar
Bannach
Ind. Minuano
Imasa
Maginco-Madeira Araguaia
Juary
Porto de Moz
Peracchi
Pau D'arco
Cemex
Acará

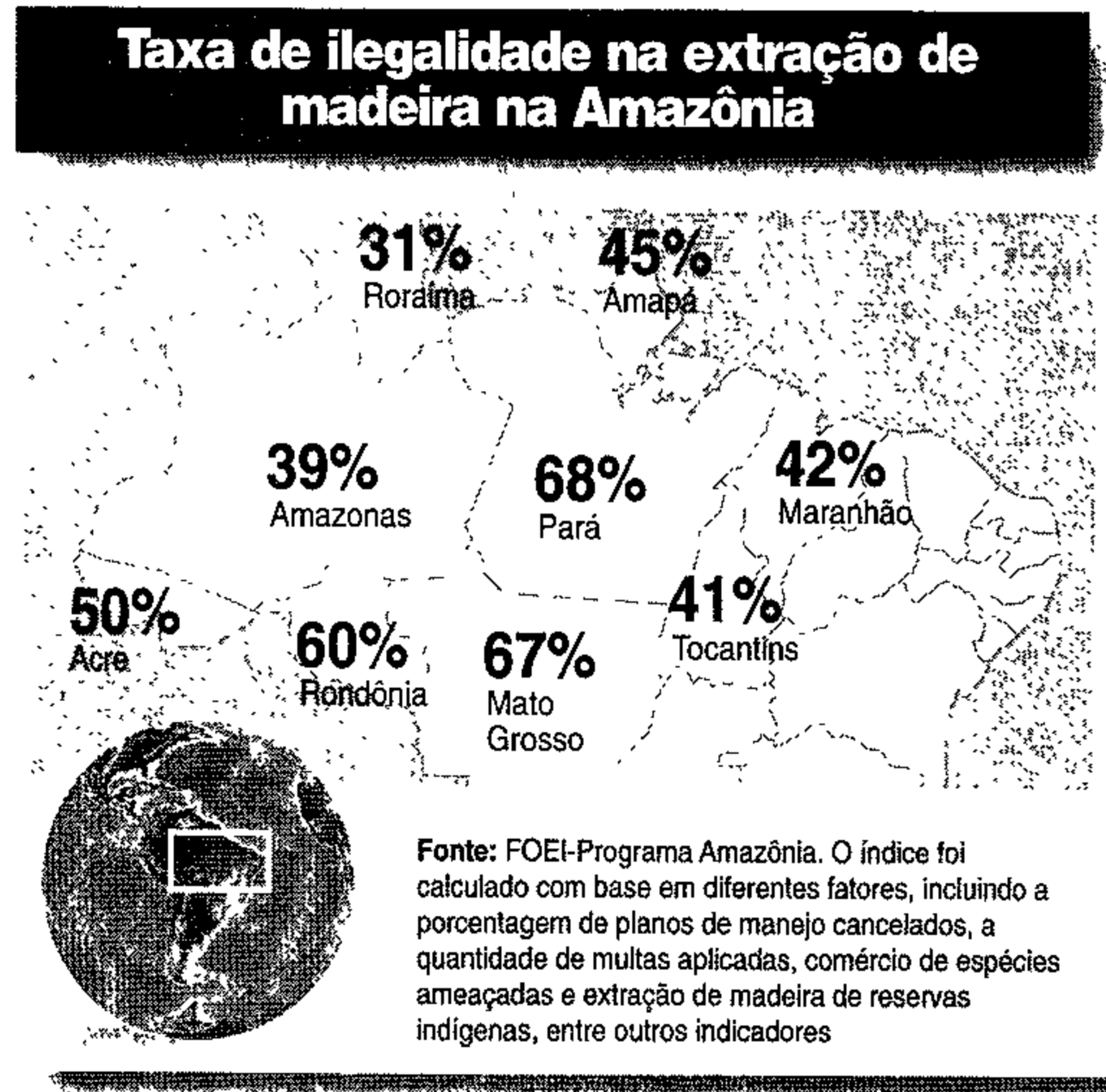
Fonte: FOEI-Programa Amazônia

25 milhões de m³ de madeira, devastando uma área equivalente a 10 mil km² de florestas por ano, a Amazônia responde por apenas 4% do abastecimento de madeira no mercado internacional — e 75% da madeira para consumo interno.

Há quatro anos os ambientalistas lutam pela inclusão do mogno no Apêndice II da lista da Cites. Se a inclusão for aprovada, os importadores passarão a exigir certificado de origem do mogno, o que irá complicar a situação dos exportadores.

Apesar de terem formalmente assinado um compromisso internacional de só exportar madeira legal, as principais madeireiras do Pará, filiações à Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira da Amazônia (Aimex), continuam agindo na ilegalidade, de acordo com o relatório, que mostra que 13 das 15 maiores madeireiras da Aimex tiveram seus planos de manejo (planos de corte de mogno) suspensos ou cancelados pelo Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 1996. De acordo com o documento, as madeireiras estão usando seus planos de manejo para esquentar madeira de origem clandestina.

Patrícia Ferraz



31/10/97
58

58